



Periódicos científicos do sul epistemológico: desafios decoloniais e desobediências epistêmicas

*Scientific journals from the epistemological southern:
decolonial challenges and epistemic disobediences*

Adriana Aparecida de Oliveira^{a, *} 

Frederico Braida^a 

RESUMO: Este artigo traça um panorama dos desafios da comunicação científica em países do “Sul epistemológico” – termo cunhado por Boaventura para designar as nações do sul geográfico do globo (África, América Latina e Ásia), onde se posicionam formas de dominação colonial e capitalista. O objetivo do artigo é apresentar desafios impostos pelo colonialismo e decolonialismo à produção científica nesses países, especialmente aos periódicos científicos, em busca de espaço, visibilidade, reconhecimento e impacto, diante do monopólio epistêmico do Norte global. O artigo é fruto de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, bem como de pesquisa documental junto ao ISSN Portal, Journal of Citation Reports (JCR), *Ethnologue Languages of the World* e IBGE Países para traçar um panorama dos desafios enfrentados por periódicos científicos no Sul epistemológico. Foram elencadas, ainda, algumas iniciativas que afrontam o protagonismo do conhecimento científico dos países do Norte e remetem às desobediências epistêmicas, em busca da disseminação dos saberes decoloniais.

Palavras-chave: Comunicação Científica; Periódicos Científicos; Decolonialidade; Sul Epistemológico.


ABSTRACT: This article outlines an overview of the challenges of scientific communication in countries of the “epistemological South” – a term coined by Boaventura to designate the nations of the geographic south of the globe (Africa, Latin America and Asia), where forms of colonial and capitalist domination are positioned. The objective of the article is to present challenges imposed by colonialism and decolonialism on scientific production in these countries, especially scientific journals, in search of space, visibility, recognition and impact, in the face of the epistemic monopoly of the global North. The article is the result of exploratory and bibliographical research, as well as documentary research with the ISSN Portal, Journal of Citation Reports (JCR), *Ethnologue Languages of the World* and IBGE Countries to outline an overview of the challenges faced by scientific journals in the epistemological South. Some initiatives were also listed that confront the protagonism of scientific knowledge in the countries of the North and refer to epistemic disobedience, in search of the dissemination of decolonial knowledge.

Keywords: Scientific Communication; Scientific Journals; Decoloniality; Epistemological South.

^a Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Adriana Aparecida de Oliveira. E-mail: adriana.oliveira@ufjf.br. Endereço/Address: Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900

Recebido em/Received: 01/09/2023; Aprovado em/Approved: 27/11/2023.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

INTRODUÇÃO

O ser humano, desde os primórdios, tem se preocupado em transmitir e registrar o conhecimento para seus semelhantes. Para isso, foram utilizadas inscrições nas cavernas e registros em pergaminhos, papiros, até migrar para o papel e outros suportes. No campo científico, segundo Santos e Albuquerque (2017), filósofos na Grécia antiga, ansiosos em difundir suas leituras, percepções, experiências e descobertas, reuniam seus adeptos ao ar livre para repassarem informações e conhecimento oralmente.

A prensa de tipos móveis, criada no século XV por Gutenberg, possibilitou a difusão do conhecimento de forma mais célere por permitir a impressão simultânea de vários exemplares de uma publicação e, conseqüentemente, facilitar o acesso ao material impresso. Segundo Florentino e Silva (2018), a invenção da prensa de tipos móveis tornou possível a circulação rápida de ideias. Os autores afirmam, ainda, que, no início do século XVI, a imprensa já havia se propagado por países europeus, permitindo que mais pessoas tivessem acesso à informação e ao conhecimento. Esse fato, aliado ao aumento da alfabetização da população, facilitou a divulgação das ideias reformistas e influenciou a reforma religiosa encabeçada por Martinho Lutero. Dessa forma, segundo Florentino e Silva (2018, p. 327), “a imprensa então assume o papel de ferramenta política e sua produção atinge uma larga escala”.

Conforme citado por Barbosa (2013), somente em maio de 1808, com a chegada da família real ao Brasil e com a necessidade de impressão regular de jornais, foi oficializada a instalação da Impressão Régia, com autorização para publicação de documentos oficiais do governo e todas as demais obras (inclusive livros), sendo tudo isso feito sob o controle da Coroa Portuguesa. Barbosa (2013) destaca que, no Brasil, a tipografia foi instalada tardiamente e havia a preocupação de que a impressão em larga escala pudesse contribuir para disseminação de ideias e articulações danosas para a Coroa Portuguesa. Nesse sentido, Santos e Albuquerque (2017, p. 3) concordam com Barbosa (2013), afirmando que “o compartilhamento do conhecimento, por meio da informação, sempre foi o mote para o desenvolvimento da humanidade e esse ato percorre desde as relações de poder e controle até a quebra de amarras e emancipação social”.

Apesar do atraso da chegada da prensa de tipos móveis no Brasil, na Europa, logo após a sua invenção, os cientistas buscavam uma forma de acelerar ainda mais a comunicação entre os pares e a divulgação dos resultados de suas investigações, portanto criaram, segundo Fiovaranti (2015), os primeiros periódicos científicos, em 1665: *Journal des Savants*, na França, e o *The Philosophical Transactions of the Royal Society*, na Inglaterra. Freitas (2006) afirma, ainda, que o primeiro periódico destinado a publicar textos de ciência no Brasil foi a revista *O Patriota*, editada de 1813 a 1814.

Segundo Schwartzman (2001), o ensino superior não era estruturado no Brasil colonial e, a partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa, foram implantados os cursos superiores de engenharia e medicina. Ainda segundo o autor, com a transferência da

corde, surgiram algumas atividades sistemáticas de pesquisa e institutos técnicos. Nessa época, conforme cita Schwartzman (2001), foram fundadas várias instituições e, entre elas, as duas primeiras escolas de medicina do país (Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro), a primeira escola de engenharia brasileira (Escola Central), a Academia Naval, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu Imperial que, segundo Schwartzman (2001), tornou-se “o centro científico, onde os naturalistas europeus se reuniam ao chegar ao Brasil.” A formação e consolidação da comunidade científica brasileira impulsionaram a comunicação científica e, desde a publicação dos primeiros textos de ciência na revista *O Patriota*, com as inovações trazidas pela corte portuguesa e a instalação das primeiras universidades no país, a ciência se expandiu e o número de revistas científicas cresceu exponencialmente.

A convergência entre a evolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e a invenção da internet incentivaram a migração dos periódicos para o espaço digital, possibilitando o alcance de novas fronteiras e públicos. No entanto, essa expansão merece especial atenção, e é digna de reflexões críticas, pois sabe-se que as discussões sobre as TIC também devem ser atravessadas pelas abordagens coloniais e decoloniais.

Do ponto de vista metodológico, este artigo é fruto de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, bem como de pesquisa documental junto ao *ISSN Portal*, *Journal of Citation Reports (JCR)*, *Ethnologue Languages of the World* e IBGE Países, cujo objetivo principal é apresentar desafios impostos pelo colonialismo e decolonialismo à produção científica nos países do Sul global, especialmente aos periódicos científicos, em busca de espaço, visibilidade, reconhecimento e impacto, diante do monopólio epistêmico do Norte global.

O SUL GLOBAL: COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE

Os países do Sul global, assim designados por Santos e Meneses (2014), são as nações da África, da América Latina e da Ásia, onde se posicionam formas de dominação colonial e capitalista. Santos e Meneses (2014) citam que o colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação desigual que suprimiu saberes dos povos e nações colonizados e os conduziu para um espaço de subalternidade. No livro “Epistemologias do Sul”, Santos e Meneses (2014) reúnem autores que compartilham desse mesmo pensamento e que também provêm de países do Sul. Santos e Meneses (2014) defendem que todo conhecimento é válido e que diferenças culturais e políticas constroem o conhecimento diverso. O pensamento pós-abissal de Santos e Meneses (2014) acredita na ideia da diversidade epistemológica do mundo de forma oposta aos países do Norte, que defendem o epicentrismo, a centralidade do conhecimento produzido por eles. Para os autores, a epistemologia do Sul se estrutura em três orientações: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul. Isso significa a necessidade de reconhecimento e de valorização da cultura e saberes gerados nesses países, o combate e resistência à dominação

epistemológica. Santos e Meneses (2014) denominaram essa interlocução entre saberes como ecologia dos saberes.

Segundo Florentino e Silva (2018), a partir da invenção da imprensa, com o aumento do volume de circulação do conhecimento, novas formas de domínio e de imposição da centralidade epistemológica de países colonizadores e do capitalismo se fizeram necessárias. Conforme citado por Barbosa (2013), propositalmente, houve o atraso na instalação da imprensa no Brasil, com o intuito de evitar a propagação de informações e ideias que colocassem em risco a dominação política, econômica, epistemológica e cultural. Essa foi uma das grandes violências contra o povo brasileiro, acompanhada do epistemicídio, presente desde a chegada dos colonizadores, que se refere à anulação do conhecimento local e imposição do saber do invasor. Santos e Meneses (2014), ressaltando que o projeto de colonização buscou uniformizar o mundo desconsiderando as diferenças culturais, definem epistemicídio como a supressão “de práticas sociais e de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia” (Santos; Meneses 2014).

Segundo Mignolo (2007, p. 33 apud Santos 2021, p. 17), o colonialismo “refere-se aos períodos históricos específicos e a lugares de domínio imperial”, mas nos países do Sul global, a colonialidade permanece mesmo após o fim do colonialismo, refletindo as práticas desse período, mantendo o pensamento, os saberes e o modo de vida coloniais. Quijano (2005) cita que a colonialidade ultrapassa o colonialismo e não se extingue com a independência ou a descolonização de um país.

Ações que visam valorizar o conhecimento e a cultura de países do Norte continuam presentes atualmente e são percebidas nas relações de dominação nos campos econômico, político, cultural e epistemológico. Nesse cenário, evidencia-se a decolonialidade, que questiona o poder e a autoridade dos países colonizadores, buscando desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados e ressignificando a forma de pensar e fazer de maneira decolonial. Cabe evidenciar que romper com a dominação econômica, política, cultural e epistemológica dos países do Norte é um desafio também para a ciência praticada nos países do Sul, o qual afeta as investigações e os cientistas que se encontram fora do eixo dominante. Como canal fundamental para a comunicação científica, os periódicos são diretamente atingidos por processos que buscam manter a centralidade epistemológica do Norte e privilegiam as grandes potências econômicas em detrimento dos países periféricos.

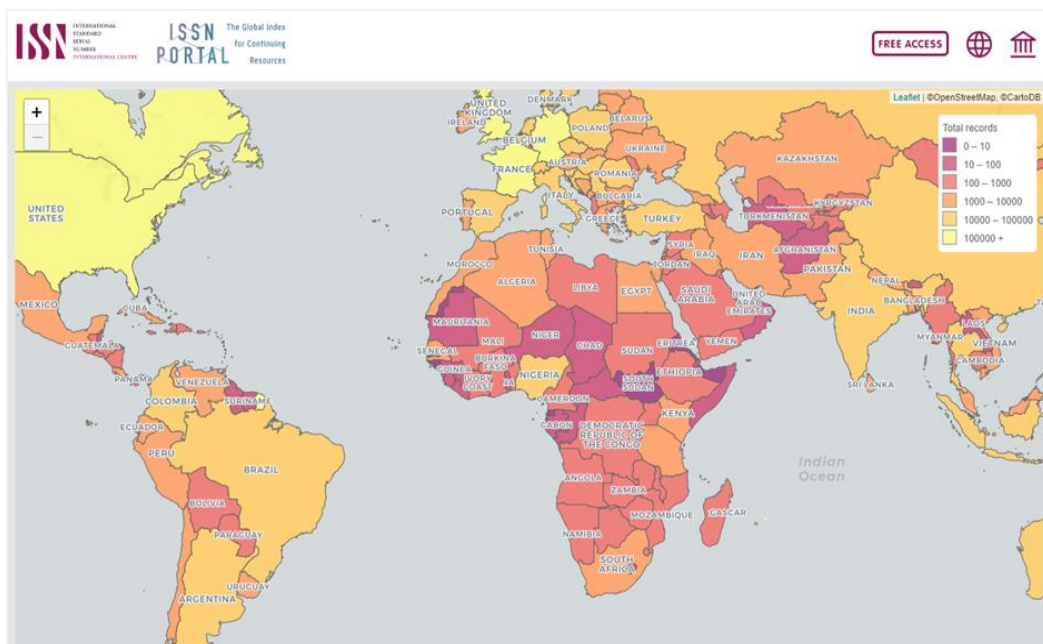
DESAFIOS DECOLONIAIS ENFRENTADOS POR REVISTAS CIENTÍFICAS DO SUL GLOBAL

A decolonialidade converge com a ecologia dos saberes proposta por Santos e Meneses (2014), por valorizar todas as formas de conhecimento e cultura geradas localmente, em países do Sul epistemológico. Mignolo (2008) incentiva constantes

desobediências epistêmicas contra a colonialidade do saber e Pinto e Mignolo (2015) reforçam a necessidade de se empenharem esforços para realizar a ruptura definitiva.

O pensamento decolonial impõe desafios para a ciência e, especialmente, para as revistas científicas. Conforme o portal *The International Standard Serial Number (ISSN Portal)*, responsável por manter o controle de registro de periódicos em nível mundial, até março de 2023, já foram cadastrados, junto ao ISSN, aproximadamente 2.891.421 periódicos em todo o mundo, incluindo títulos correntes, descontinuados, impressos e eletrônicos, sendo 49.671 brasileiros. Na figura a seguir, percebe-se maior concentração de títulos na Europa e América do Norte, demonstrando a centralidade epistemológica dos países desses continentes, designados por Santos e Meneses (2014) como Norte epistemológico.

Figura 1. Quantidade de periódicos registrados junto ao ISSN International Centre.



Fonte: ISSN International Centre (2023). Disponível em: <https://portal.issn.org/#>. Acesso em: 10 mar. 2023.

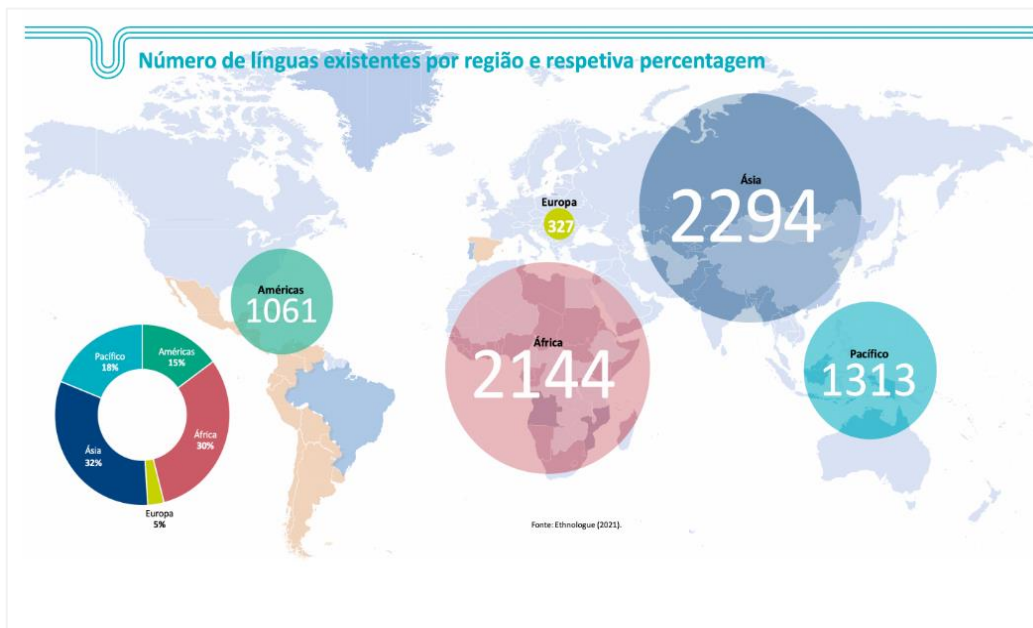
Gomez, Herman e Parigi (2022), investigando aproximadamente 20 milhões de artigos, publicados em quase 35 anos, constataram a desigualdade global em relação à produção do conhecimento. Confirmaram também que os investimentos em pesquisas realizados por comunidades científicas têm se concentrado em países com tradição e alto impacto, ignorando o trabalho realizado por países periféricos. Os autores identificaram, ainda, que “os países líderes na ciência global recebem cada vez mais citações do que outros países que fazem pesquisas semelhantes” (Gomes; Herman; Parigi 2022, p. 919).

Em pesquisa realizada sobre o panorama global de circulação científica, onde imperam práticas de disputas e de poder, Oliveira (2019) cita os dados de 2016 do Cite Score em

Scopus e menciona a pequena representatividade das publicações brasileiras entre os títulos indexados pelos principais editores científicos do mundo. Além da pequena participação das publicações nacionais nas bases de dados dominantes do circuito mundial, percebe-se, também, segundo a autora, a presença inexpressiva de pesquisadores brasileiros nos comitês editoriais. Brinn e Jones (2007 apud Oliveira 2019, p. 200) citam que o convite para a participação em um comitê editorial legitima a trajetória e a autoridade do pesquisador e lhe confere ainda mais reconhecimento entre os seus pares. Mas, segundo Oliveira (2019, p. 200), apesar dos lucros obtidos pelo “oligopólio acadêmico”, que, na visão da autora, é composto pelas grandes editoras científicas do mundo, a recompensa concedida aos membros de comitês editoriais “é feito através de status e reconhecimento”. Dessa forma, segundo a autora, o trabalho realizado pelo pesquisador gratuitamente torna-se lucrativo para o mercado de editoras científicas que o transforma em um produto monetizado e de acesso restrito a assinantes. Na concepção de Oliveira (2019, p. 201), as políticas editoriais científicas dos países são regidas pela dinâmica desse mercado editorial, que também produz “centros hegemônicos, periferias e semiperiferias científicas”. Analisando as políticas científicas do Brasil, Oliveira (2019, p. 202) indica assimetrias entre as áreas do conhecimento que ocupam posição de destaque a nível mundial e alcançaram o circuito hegemônico como “Doenças Tropicais Negligenciadas, Odontologia, entre outras”. Já em outras áreas o Brasil, é considerado semiperiférico ou ainda periférico, tornando invisível a sua produção científica no circuito hegemônico mundial.

Ortiz (2004) menciona que a predominância do idioma inglês é outro obstáculo enfrentado na produção científica por países do Sul global. A prevalência do uso do idioma inglês na comunicação científica trata-se da “afirmação de uma hegemonia travestida em verdade linguística” (Ortiz 2004, p. 5-6). O autor cita a eliminação das diversidades, ao se referir ao desaparecimento de línguas nacionais, reconhecendo, porém, que “o inglês é a língua da ciência” (Ortiz 2004, p. 12). Fortes (2016, p. 152-153) refere-se à predominância do inglês na comunicação científica como “apologia ao inglês” e sinaliza que a adoção do idioma remete a indícios de uma mentalidade colonizada. A figura abaixo demonstra o mapa mundial com as línguas existentes em cada região e a diversidade de idiomas existentes no planeta.

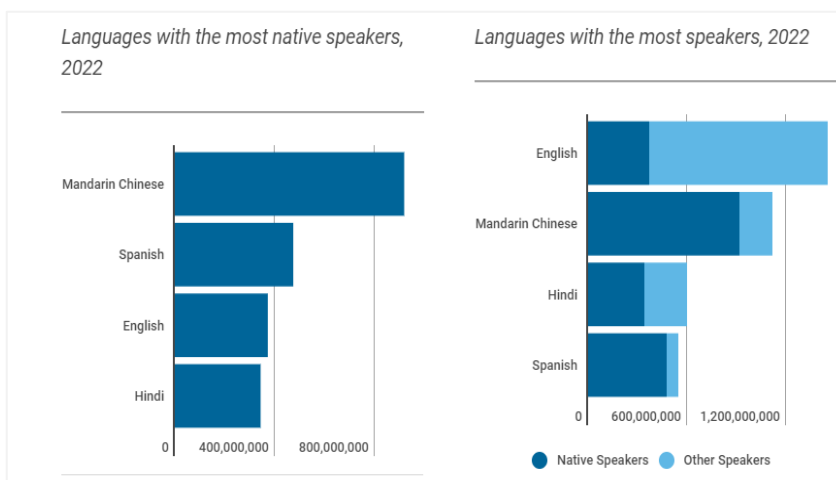
Figura 2. Número de línguas existentes por região e respectiva percentagem.



Fonte: Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2022. Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/lenguas-en-numeros/geografia-de-las-lenguas>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Segundo os dados disponíveis no *Ethnologue Languages of the World* (2022), o inglês é a língua mais utilizada no mundo, se contabilizados os falantes nativos e não nativos. Ainda segundo informação no portal, isso se deve à influência colonial do Império Britânico e, posteriormente, à disseminação da cultura norte-americana. Se forem considerados somente os falantes nativos, o chinês mandarim é o idioma falado por maior número de pessoas. Comunicar a ciência em idiomas que não são considerados a “língua da ciência” torna-se um desafio para os pesquisadores do Sul epistemológico.

Figura 3. Idiomas mais falados no mundo.



Fonte: Eberhard, Simons e Fennig (2022). Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Os pesquisadores Germana Barata (Brasil), Kenneth Shores (EUA) e Juan Pablo Alperin (Canadá) analisaram artigos sobre Zika vírus publicados em 2016. A partir da análise, concluíram que, a despeito de o Brasil ser o epicentro da epidemia, a comunicação acadêmica no *Twitter* e no *Facebook* de pesquisas relacionadas ao Zika é dominada pelo inglês. Com base no estudo realizado, os autores incentivam que editores de revistas científicas e autores utilizem as redes sociais para compartilhar os resultados de pesquisas, mas orientam a utilização de idiomas diferentes, visto que a análise realizada detectou que, em comparação com o *Twitter* (atual X), a comunicação acadêmica no *Facebook* é mais provável de ser no idioma do país do autor. Por esse motivo, os autores indicaram a seguinte estratégia para a publicação: “para o *Facebook*, na língua das populações mais interessadas nesses resultados, como português e espanhol; e para o *Twitter* [atual X], o inglês, para atingir público mais amplo ou falar aos pares” (Barata; Shores; Alperin 2018).

Segundo Bonilla (2021), 95% dos artigos publicados em revistas científicas em 2020 foram redigidos em inglês e apenas 1% em espanhol e português. A investigação relatada por Bonilla (2021) foi desenvolvida pelo pesquisador Ángel Badillo sobre a diversidade linguística na ciência em Espanha, Portugal e América Latina e realizada pela Organização de Estados Ibero-americanos (OEI). O estudo revela, ainda, que apenas “13% dos cientistas na Espanha apresentaram seus trabalhos em espanhol, 12% no México, 16% no Chile, e com porcentagens por volta de 20% na Argentina, Colômbia e Peru”. Uma situação ainda mais complexa é a do português, pois somente 3% dos pesquisadores portugueses e 12% dos brasileiros escolheram a língua nativa para publicar seus trabalhos, tendo todos os demais optado por publicar no idioma inglês.

A publicação no idioma inglês trata-se de uma forma de sobrevivência de pesquisadores. Como o inglês é considerado “a língua da ciência”, a publicação no idioma é um critério para a visibilidade das pesquisas e dos pesquisadores. Logo, a publicação da ciência na língua nativa pode ser entendida como uma desobediência epistêmica contra a colonialidade do saber, tal como proposta por Mignolo (2008). Assim, a necessidade de publicar no idioma inglês pode ser entendida como uma forma de uma violência epistêmica, que utiliza a tática de neutralização de subalternos ou colonizados, cujo objetivo, segundo Spivak (2010), é invisibilizar, desautorizar e silenciar a representação desses sujeitos.

As métricas utilizadas para avaliação da comunicação científica (e dos periódicos científicos) constituem outro grande desafio, pois permanecem privilegiando as grandes potências econômicas, em detrimento dos países periféricos. Por exemplo, tem-se o Fator de Impacto, que, segundo Oliveira (2019), é um dos indicadores métricos mais utilizados na comunicação científica. A autora cita que o Fator de Impacto deu início à “cultura da citação”, que mensura a importância e o impacto da pesquisa de acordo com a quantidade de citações obtidas (Wouters *et al.*, 2015 apud Oliveira 2019, p. 197).

Segundo Nassi-Calò (2022), o Fator de Impacto (FI) foi criado em 1972, por Eugene Garfield, para avaliar periódicos publicados no *Science Citation Index* do *Institute for*

Scientific Information, que hoje faz parte da *Thomson Reuters Corporation*, mas ampliou sua abrangência e também é utilizado para avaliar pesquisadores, programas de pós-graduação, classificar instituições, entre outros. O Fator de Impacto de um periódico, calculado com base no número médio de citações dos artigos que foram publicados durante o biênio anterior, é uma métrica criticada por parte da comunidade científica e contestada por iniciativas como a *Declaration on Research Assessment (DORA)*. Os dados da avaliação são publicados no *Journal Citation Reports (JCR)*. O JCR de 2021 indica que 21.428 periódicos, em todo o mundo, recebem atribuição de Fator de Impacto, existindo, no Brasil, 410 periódicos avaliados. A maioria dos periódicos qualificados pela métrica são publicados em inglês e, certamente, como o idioma é considerado a língua da ciência, as pesquisas divulgadas em inglês são mais citadas que aquelas publicadas em outros idiomas.

De acordo com Fortes (2016), a comunicação científica é dominada por países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. A tabela abaixo apresenta um comparativo com dados desses países e de nações do Sul global.

Tabela 1. Comparativo entre países.

País	População	Extensão territorial	PIB (US\$ × 1000000)	Número de periódicos cadastrados no ISSN	Número de periódicos com fator de impacto
Brasil	214.326.223	8.510.345,540 km ²	1.444.733	49.376	410
EUA	336.997.624	9.833.517 km ²	20.893.746	274.215	5.930
África do Sul	59.392.255	1.219.090 km ²	302.141	7.771	158
Inglaterra	67.281.040	243.610km ²	2.764.198	125.024	4.511
México	126.705.138	1.964.375 km ²	1.073.439	6.018	96
Austrália	25.921.089	7.741.220 km ²	1.423.473	59.916	309
Arábia Saudita	35.950.396	2.149.690km ²	700.118	920	26
Nova Zelândia	5.129.728	268.838km ²	212.044	19.078	122

Fonte: Próprios autores com base nos dados do IBGE Países, ISSN Portal e JCR (2022).

As informações compiladas na Tabela 1 reiteram a observação de Fortes (2016). As desigualdades também são evidenciadas pelo número de periódicos científicos qualificados junto ao JCR e que são avaliados pelo Fator de Impacto. Os quatro países analisados, Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, designados por Santos e Meneses (2014) como nações do norte global, adotam o idioma inglês, “a língua da ciência”.

DESOBEDIÊNCIAS EPISTÊMICAS

O projeto SciELO, que foi criado em 1996, no Brasil, pode ser considerado uma forma de subversão decolonial, uma desobediência epistêmica, pois dá visibilidade à produção científica de vários países do Sul global. O SciELO é definido por Packer *et al.* (1998, p. 109) como “uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico. Ela organiza e publica textos completos de revistas na Internet / Web, assim como produz e publica indicadores do seu uso e impacto”. A plataforma SciELO originalmente publicava a produção científica brasileira, mas se ampliou e, atualmente, possui iniciativas consolidadas na África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai. Encontram-se em desenvolvimento os projetos SciELO das Índias Ocidentais e Venezuela. Com exceção de Espanha e Portugal, todos os demais países pertencem ao Sul epistemológico. Meneghini (2003, p. 155) cita que o SciELO foi criado visando a dois objetivos: “permitir que resultados da produção científica brasileira se tornassem mais visíveis internacionalmente e construir uma base de dados que provesse indicadores que permitissem avaliar a produção nacional de conhecimento”. Com a ampliação dos países de atuação, o SciELO segue empreendendo esforços para dar “visibilidade à literatura científica periférica” (Meneguini 2003, p. 155).

A Declaração de São Francisco sobre Avaliação de Pesquisa / *Declaration on Research Assessment* (DORA) é uma iniciativa de editores acadêmicos, criada em 2012, que questiona a eficiência do Fator de Impacto, que frequentemente é usado como o principal indicador para comparar a produção científica de pesquisadores e instituições. A DORA busca métricas responsáveis para equilibrar e tornar justa a avaliação da produção científica. Segundo o documento DORA (2012), os signatários do movimento se comprometem a seguir as orientações que visam incentivar e promover o uso responsável das métricas de avaliação, melhorando as maneiras pelas quais a produção de pesquisa científica é avaliada por agências de financiamento, instituições acadêmicas etc.; eliminar o uso de métricas como o fator de impacto para decisões sobre financiamento, contratação e promoção; melhorar a equidade ao avaliar a pesquisa por seus próprios méritos e não pelo periódico em que foi publicada, permitindo a representação mais ampla de pesquisadores; investir nas oportunidades oferecidas pela publicação on-line. As orientações propostas pela DORA se caracterizam como uma forma de subversão epistemológica, pois buscam a equidade e possibilitam maior visibilidade à produção científica dos países do Sul global.

As métricas alternativas são consideradas uma opção ao uso exclusivo do Fator de Impacto, pois avaliam o impacto da publicação científica além do número de citações e complementam os estudos métricos tradicionais; esse é objetivo da altmetria (Araújo, 2016). A altmetria é “a criação e estudo de novas métricas baseadas na Web Social para análise e para estudos informacionais” (Priem et al. 2010 apud Araújo 2016, p. 73). Araújo afirma que a altmetria utiliza ferramentas da web social para mensuração da disseminação de informações científicas, que é realizada através de compartilhamentos, menções e curtidas nas redes e mídias sociais. Segundo Araújo (2016), a invenção e o desenvolvimento da internet modificaram a forma como os cientistas compartilham as suas pesquisas e ampliou o alcance dos resultados. Já o Manifesto de Leiden não se trata especificamente de uma iniciativa planejada para combater o centralismo epistemológico de países do Norte, mas apresenta dez princípios para o uso adequado de métricas em avaliação de ciência e, se colocados em prática, também permitem maior equidade. Particularmente, um dos critérios do Manifesto de Leiden contribui muito para a disseminação dos saberes decoloniais. O princípio 3 indica a proteção da excelência em pesquisa relevante localmente. Segundo Nassi-Calò (2015), esse princípio identifica e reconhece a excelência da pesquisa local ou regional, mesmo que não seja publicada em inglês.

Em muitos lugares no mundo, excelência em pesquisa significa publicação em idioma inglês. Vieses são particularmente problemáticos nas ciências sociais e humanidades, na qual a pesquisa é mais regional e de centralidade nacional. Muitas outras áreas têm uma dimensão nacional ou regional – por exemplo, estudos epidemiológicos específicos de determinadas regiões. Este pluralismo e relevância social tendem a ser suprimidos quando se criam artigos de interesse dos gatekeepers dos periódicos de alto impacto de língua inglesa. Métricas baseadas em literatura de alta qualidade em língua não inglesa serviriam para identificar e reconhecer excelência em pesquisa de caráter local ou regional. (Nassi-Calò 2015)

As recomendações do Manifesto Leiden, já adotadas por pesquisadores e instituições pelo mundo, podem contribuir efetivamente para diminuir a desigualdade mundial de parâmetros na avaliação da produção científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação e ao conhecimento foi uma contribuição revolucionária propiciada pela criação da imprensa no século XV. Porém, percebe-se que nunca houve equidade entre os povos, devido à dominação econômica, política e epistemológica e à consequente supressão de direitos e saberes ocorridas durante e depois do período colonial. Neste artigo, buscou-se delinear o cenário colonial e decolonial em que ocorreu (e ainda ocorre) a produção científica dos países do Sul global, especialmente periódicos científicos, para demonstrar os desafios enfrentados.

As iniciativas que desafiam esse domínio epistemológico, como o projeto SciELO, que busca dar visibilidade ao conhecimento produzido em países periféricos, DORA e

Manifesto Leiden, que defendem o uso de métricas responsáveis na avaliação da pesquisa e da ciência, com objetivo de aumentar a representatividade de pesquisadores e instituições do Sul global, constituem uma ruptura no epicentrismo dos países do Norte.

Cabe destacar, à guisa de considerações finais, que, dadas as insatisfações com a práticas recorrentes, têm emergido diversas iniciativas decoloniais, que afrontam o protagonismo e o monopólio científico dos países do Norte e demonstram avanços na visibilidade do conhecimento produzido no Sul epistemológico. Ainda há um longo caminho a percorrer para atingir a equidade epistemológica e para que a ecologia dos saberes, proposta por Santos e Meneses (2014), torne-se uma realidade mundial, mas o avanço do pensamento decolonial em todos os campos, inclusive na produção científica, é uma nova alternativa para dar voz e visibilidade aos povos e saberes silenciados até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo F. e FURNIVAL, Ariadne C. M., 2016. Comunicação científica e atenção online: em busca de colégios virtuais que sustentam métricas alternativas. *Informação & Informação* [em linha]. 2016, vol. 21, no. 2, p. 68-89. [Acesso em 8 agosto 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p68>.

BARATA, Germana, SHORES, Kenneth, e ALPERIN, Juan Pablo, 2018. Local chatter or international buzz? Language differences on posts about Zika research on Twitter and Facebook. *Plos One* [Em linha]. 2018, vol. 13, no. 1, p. 1-15. [Acesso em: 26 agosto 2022]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0190482>.

BARBOSA, Mariana, 2013. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

BONILLA, Juan Miguel Hernández, 2021. Em 95% dos artigos científicos, inglês cria 'ditadura da língua'. Apenas 1% está em português e espanhol. *El País* [Em linha]. España, 28 jul. 2021. Ciência, p. 1-3. [Acesso em 20 agosto 2022]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-28/em-95-dos-artigos-cientificos-ingles-cria-ditadura-da-lingua-apenas-1-esta-em-portugues-e-espanhol.html>.

BRASIL, 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Economia (comp.). *Países* [Em linha]. 2022. [Acesso em 5 agosto 2022]. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/argelia>.

DECLARATION ON RESEARCH ASSESSMENT (DORA), 2012. *Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa* [Em linha]. 2012. [Acesso em 20 agosto 2022]. Disponível em: <https://sfdora.org/read/read-the-declaration-portugues-brasileiro/>.

EBERHARD, David M., SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.), 2022. *Ethnologue: Languages of the World* [Em linha]. Dallas, Texas: SIL International. Twenty-fifth edition. [Acesso em 30 agosto 2022]. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>.

FIOVARANTI, Carlos, 2015. Os primeiros journals: publicações especializadas em ciências começaram a circular há 350 anos na França e Inglaterra. *Pesquisa Fapesp*

[Em linha]. 2015, vol. 227, p. 74-75 [Acesso em 30 agosto 2023]. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-journals/>.

FLORENTINO, Luiz Felipe e SILVA, Hudson Louback Coutinho, 2018. Os reflexos da imprensa na Reforma Protestante e seus efeitos sobre a crítica popular europeia ao clero. *Revista Trilhas da História* [Em linha]. 2018, vol. 8, no. 15, p. 321-333 [Acesso em 1 agosto 2022]. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5759>.

FORTES, Rafael, 2016. Política científica no Brasil: dilemas em torno da internacionalização e do inglês. *Interfaces Brasil/Canadá* [Em linha]. 2016, vol. 16, no. 1, p. 142-180 [Acesso em 30 agosto 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7660>.

FREITAS, Maria Helena, 2006. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação* [Em linha]. 2006, vol. 35, no. 3, p. 54-66 [Acesso em 22 agosto 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300006>.

GOMEZ, Charles J., HERMAN, Andrew C. e PARIGI, Paolo, 2022. Leading countries in global science increasingly receive more citations than other countries doing similar research. *Nature Human Behaviour* [Em linha]. 2022, vol. 6, no. 7, p. 919-929 [Acesso em 5 agosto 2022]. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9314251/>.

ISSN INTERNATIONAL CENTRE (ed.), 2022. *The ISSN Portal: the global index for continuous resources* [Em linha]. 2022. [Acesso em 10 março 2023]. Disponível em: <https://portal.issn.org/>.

Journal Citation Reports [Em linha]. Philadelphia: Clarivate Analytics, 2021, 2022 [Acesso em 10 agosto 2022]. Disponível em: https://jcr-clarivate.ez25.periodicos.capes.gov.br/jcr/browse-countries?app=jcr&referrer=target%3Dhttps%2F%2Fjcr-clarivate.ez25.periodicos.capes.gov.br%2Fjcr%2Fbrowse-countries&Init=Yes&authCode=H1BDvtN3YkouSE5gHXHAd3_4etgMUOBFO17Yyfu5T0E&SrcApp=IC2LS.

MENEGHINI, Rogerio, 2003. O projeto Scielo (Scientific Electronic Library on Line) e a visibilidade da literatura científica. *Química Nova* [Em linha]. 2003, vol. 26, no. 2, p. 155-156 [Acesso em 2 agosto 2022]. Fap /UNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/hQndsQRrWmbXGw9KXsBwKKp/?lang=pt>. DOI 10.1590/s0100-40422003000200001.

MIGNOLO, Walter D., 2008. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade* [Em linha]. 2008, no. 34, p. 287-324 [Acesso em 10 março 2023]. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf.

NASSI-CALÒ, Lilian, 2022. A avaliação da pesquisa deve ir além de comparar métricas de impacto. *SciELO em Perspectiva* [Em linha]. 2022 [Acesso em 22 agosto 2022].

Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2022/08/19/a-avaliacao-da-pesquisa-deve-ir-alem-de-comparar-metricas-de-impacto/>.

NASSI-CALÒ, Lílian, 2015. O uso de métricas em avaliações de pesquisa é matizado no Manifesto de Leiden. *SciELO em Perspectiva* [Em linha]. 2015 [Acesso em 22 agosto 2022]. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/04/30/o-uso-de-metricas-em-avaliacoes-de-pesquisa-e-matizado-no-manifesto-de-leiden/>.

Oliveira, Thaian, 2019. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistemacientífico global. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. 2019, vol. 24, no. 1, p. 191–215. [Acesso em 23 agosto 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3520>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI) (Ibero-América) (org.), 2022. *Número de línguas existentes por região e respectiva porcentagem* [Em linha]. 2022 [Acesso em 26 agosto 2023]. Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/lenguas-en-numeros/geografia-de-las-lenguas>.

ORTIZ, Renato, 2004. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Em linha]. 2004, vol. 19, no. 54, p. 5-22 [Acesso em 30 agosto 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100001>.

PACKER, Abel Laerte et al., 1998. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. *Ciência da Informação Sociais* [Em linha]. 1998, vol. 27, no. 2, p. 109-121 [Acesso em 6 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/XhRCDr87m5VTswK5WtNdYzL/?lang=pt>. DOI 10.1590/s0100-19651998000200001.

PINTO, Júlio Roberto de Souza, e MIGNOLO, Walter D., 2015. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas* [Em linha]. 2015, vol. 15, no. 3, p. 381-402. [Acesso em 10 agosto 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/qgRR8D8df5RKQN9bLmQjFmn/abstract/?lang=pt>. DOI 10.15448/1984-7289.2015.3.20580.

QUIJANO, Aníbal, 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* [Em linha]. Buenos Aires, CLACSO, 2005 [Acesso em 22 agosto 2023]. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

SANTOS, Boaventura de Sousa, e Maria Paula MENESES (eds.), 2014. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Paula Wivianne Quirino dos, e ALBUQUERQUE, João Pedro Silva de., 2017. Almetria: uma nova lente para os estudos métricos da informação. *Biblionline* [Em linha]. 2017, vol. 13, no. 3, p. 1-10 [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35874>. DOI 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n3.35874.

SCHWARTZMAN, Simon, 2001. Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil [Em linha]. Brasília: MCT, 2001 [Acesso em 7 agosto 2023]. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira.